

CRÔNICA UNIVERSITÁRIA

ORAÇÃO DE PARANINFO *

PROFESSOR ILDEFONSO MARQUES

(Catedrático de Direito Penal).

"O Direito não é responsável pelas falsas interpretações; a miséria moral dos homens não atinge a clâmida de Themis. É a suprema conquista da civilização, a vitória da inteligência sobre a animalidade, o critério de força bruta submetido ao claro critério da razão. Quando o Direito reger os costumes a sociedade será honesta, o homem se fará irmão do homem."

Exm.ºs Senhores, etc...

Mais uma vez a excelsa generosidade da juventude estudiosa da nossa querida Faculdade de Direito, me eleva à honroíssima culminância do paraninfado, suprema láurea acadêmica, que tanto desvanece e sensibilisa, pelo seu alto cunho de afetividade e de aprêço.

E a alta dignidade que houvestes por bem conceder-me cresce extraordinariamente de vulto, para mim, porque, nesta tradicional Escola, onde passastes os melhores dias da vossa radiosa e esplendente mocidade, entregues à mais salutar e louvável de tôdas as atividades: o estudo, encontraríeis, por certo e facilmente, quem melhor do que o vosso modesto paraninfo de hoje, vos pudesse conduzir neste momento de tão alta expressão em vossas vidas, dando a essa magnífica e esplendorosa cerimônia o significativo realce que ela está a exigir.

Traídos, porém, pelo coração, ítemastes em premiar-me com a honraria insígne, que "rejeitar seria prudência, como diria Alves Mendes, mas anuir foi gratidão; e quando a gratidão impera, não há receio que vingue, nem risco que amedronte."

(*) Proferida a 4 de março, aos bacharelados da Turma Prof. ARY FLORENCIO GUIMARÃES.

Por isso aqui estou, meus prezadíssimos afilhados, conduzido por vossas mãos generosas a esta tribuna, que tanto honra e desvanece, para dar, embora descoloridamente, cumprimento à tarefa que bondosamente me atribuístes, mesmo porque, na palavra do inolvidável RUY: "Eu amo a mocidade na plenitude da sua pureza, como firmamento na plenitude do seu azul."

Testemunho-vos, pois, de público, tôda a intensidade do meu eterno reconhecimento, que não é simplesmente convencional, pois "nêle muito ao recês, ponho alma e coração inteiros."

De outra parte, porém, merecedora dos mais vivos encômios — pelo seu indiscutível acêrto e alto espírito de justiça — as homenagens que prestastes aos vossos preclaros Mestres — Altino Portugal Soares Pereira, vosso Patrono, — Ary Florêncio Guimarães — nome da Turma e Athos Moraes de Castro Velloso, homenageado de honra, figuras exponenciais do magistério superior, exemplos vivos, significantes e insuperáveis das diversas atividades profissionais reservadas ao bacharel em Direito.

Assim, aquêles de vós que abraçarem a advocacia militante, terão no Prof. Altino Portugal Soares Pereira, vosso eminente Patrono, padrão de dignidade profissional, de amor ao estudo e ao trabalho, e de lhanesa no trato, aliados a uma cultura sólida e invejável, um roteiro vivo a ser irrestritamente seguido, como penhor cerio de absoluto sucesso.

Quanto aos não menos ilustres professôres Ary Florêncio Guimarães — nome da Turma — que ainda ontem alcançava a justa consagração da sua longa vida pública, tôda ela dedicada ao Direito e à Justiça, ao vestir, sob os aplausos de todo o Paraná, a honrosa Toga de Desembargador — e Athos Moraes de Castro Velloso, — vosso homenageado de honra — que integra, com acentuado destaque e brilho invulgar, o grégio Tribunal de Justiça do Estado, — tendo, ambos, anteriormente, enaltecido e dignificado o Ministério Público paranaense em todos os seus escalões até ao mais alto — mercê de sua acrisola das virtudes, dedicação ao estudo, cultura, capacidade de trabalho e dignidade pessoal, constituem, sem nenhum favor, legítimos paradígmias do Promotor Público e do Magistrado, em suas mais altas e nobres expressões, para aquêle de vós que venham a ingressar em qualquer dessas dignificantes carreiras. Segui-lhes, portanto, os exemplos admiráveis e tereis assegurado, queridos afilhados, a plenitude do vosso êxito profissional.

Lembro-me, ainda do nosso primeiro encontro, em uma das sa-

las da nossa vetusta Faculdade, ao iniciar-se o ano letivo de 1967. Era perceptível em vossos jovens semblantes a curiosidade de que somos tomados diante de uma situação ainda desconhecida, — devendo bailar em vossos espíritos indagações próprias daquêle momento, quanto à matéria a ser estudada, sua maior ou menor dificuldade, sua beleza ou aridez, e, quanto ao professor: teria êle qualidades didáticas, conseguiria manter a disciplina, seria rigoroso nas provas? Da minha parte, — confesso-vos, — também se me manifestaram incógnitas quanto ao vosso comportamento nos aspectos da disciplina e do aprendizado. Porém, êsse ambiente de quase desconfiança recíproca foi se atenuando pouco a pouco, as eventuais arestas foram sendo gradativamente quebradas, ensejando o surgimento de uma situação de absoluta confiança mútua, e de respeito recíproco, que evoluiu para um clima de amizade, que, em muito, facilitou o estudo que fizemos, juntos, durante três anos — **tão rapidamente escoados**, — da difícil, embora empolgante Ciência do Direito Penal.

E neste momento de justa euforia, em que mui justamente festejais o término de longa e laboriosa labuta nesta Casa, para, afinal, cingir vossa fronte com a coroa de louros, resultante da magnífica vitória obtida nas lides estudantis, podemos — **vós e o vosso paranífo** — estar em paz com as nossas consciências, na certeza de haveremos cumprido a missão que a cada qual competia.

Costuma-se dizer, pejorativamente, que o Brasil é um país de bacharéis. Seria de desejar que assim fôsse e continuasse sendo.

Velha e sábia é a parêmia romana: "**Ubi societas ibi esse jus**" — Onde existe a sociedade, aí mora o direito. Não se compreenderia, jamais, a existência do Direito, sem a correspondente presença dos seus cultores, justamente os bacharéis, os advogados, os juízes, os membros do Ministério Público, os juriconsultos, os mestres, enfim os arquitetos e hermenêutas da Lei. Por isso é o Brasil uma associação política feliz e respeitável. A imantação do Direito, da Justiça, da Liberdade responsável, da democracia assegurada, sem distinções de raças, credos religiosos, classes sociais, permanece na alma da mocidade brasileira, atraindo-a aos cursos jurídicos.

Hoje, aqui desta solenidade, sairão novos bacharéis para o Brasil. A todo e a cada um dêles, particularmente, caberá a tarefa sempre ingente de aprimorar a nossa vida associativa, aprimorando o Direito, de processar a evolução da lei no compasso acelerado da evolução científica e tecnológica, que trepada na vertigem do tempo e do processo civilizador da humanidade.

No Brasil sempre se manifestou, pujantemente, a vocação pelo direito, como é facilmente demonstrável pelo exame da nossa história política e jurídica.

Assim, já o Brasil — Colônia, à época do governo-geral de Thomé de Souza era administrado por uma Carta-Régia com fôros de Lei Constitucional. E o Brasil-Reino de D. João VI, teve, também, por imposição popular, duas Constituições juradas pelo Monarca.

Relata Nelson de Souza Sampaio o tumultuado ano de 1821, antecedente de nossa soberania política, quando D. João VI foi compelido a jurar cumprir e obedecer a futura Constituição que ainda se elaborava em Lisboa para os Reinos-Unidos de Portugal e Brasil.

Era a pressa da constitucionalização do país que ditava esse curioso episódio histórico, de colocar em vigência, a 24 de fevereiro de 1821, uma lei ainda em fase de elaboração.

Até que, em 25 de março de 1824, nascemos como nação soberana, ostentando uma Carta Constitucional, antes mesmo de muitas nações européias haverem conquistado a fórmula constitucional para as suas monarquias.

Vê-se, assim, que o Brasil, desde seus primórdios coloniais e em toda a sua evolução histórica até os dias em que vivemos, foi sempre, um país alicerçado pela vocação jurídica de seus filhos, a qual também foi responsável pela criação, em 1827, das duas primeiras Faculdades de Direito, uma em São Paulo, outra em Olinda, visando irradiar de norte a sul o cultivo das leis, o sentimento de justiça, o amor pelo Direito.

Aludindo a essa extraordinária realização, de tão relevante influência em nossos desígnios, — disse José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, que ao tempo de seu Ministério pertencia o ato que reputava mais glorioso de sua carreira política, causando-lhe o mais íntimo júbilo que pode sentir um homem público, no exercício de suas funções.

Percebe-se, dêsse modo, que a necessidade da criação dos cursos jurídicos surgiu desde os primeiros momentos que sucederam a independência, nela entrevedo os grandes vultos da nacionalidade a pedra angular do nosso sistema político e social.

Como consequência, não tardaram a surgir leis, como o Código Comercial e as grandes obras doutrinárias, com indiscutível destaque ao Esboço do Código Civil, admirável pela profundidade dos co-

nhecimentos e pela sabedoria dos princípios. É a obra imperecível de Cayru e Teixeira de Freitas que nos faz meditar e convencer, de como o bacharel se constitui sempre na força privilegiada das nacionalidades.

Por onde quer que atentemos, encontraremos sempre o bacharel na vanguarda dos povos do Universo; a ela cabe, por disciplina filosófica, a visão superior dos fenômenos sociais, políticos, administrativos e econômicos.

Por via de consequência é o mais apto para delinear a rota menos árdua à felicidade comum, e aperfeiçoando a adaptação das ações humanas à Ordem Pública, ao bem-estar da comunidade, ao desenvolvimento das riquezas naturais e sociais.

Muito acima da sátira com que vulgarmente se aponta no Brasil o homem da palavra, é o bacharel quem possui, em grau acentuado, as virtudes cívicas que arrebatam, empolgam e dominam as multidões.

Foi a palavra que nos fez independente, que quebrou os grilhões escravagistas, que nos levou à República. A espada do bacharel fez maior o Brasil, conquistando-o pelo coração, unindo pelo afeto a todos os brasileiros.

E se o Brasil é grande e forte é porque seus cavaleiros andantes sempre encontraram os maiores impulsos e a força decisiva, na fé, na palavra e nos argumentos jurídicos. Aos bacharéis devemos a fixação da nossa integridade territorial, a expansão de nossas fronteiras, sem sacrifício de vidas. Por isso, o Brasil sempre se orgulhou de sua mocidade culta e operosa, que, através de sucessivas gerações, continua a amar e a servir o Direito, e da qual esta querida Pátria nunca necessitou tanto como hoje, diante de uma humanidade convulsa e dos problemas novos que se avolumam, dia a dia, no âmbito nacional e internacional.

Arroga-se à Tecnologia uma capacidade sobre humana ou semi-divina de levar o poder do homem até outros mundos, outrora inacessíveis, das regiões constelares. Ufana-se a Técnica de já haver penetrado no microcosmo da matéria mais ínfima, fracionando o próprio átomo.

Mas não se pode orgulhar a Técnica, vibrante e versátil, dominadora e assombrosa do momento histórico em que vivemos, de haver banido o medo, a miséria, a injustiça. Aqui interfere a missão do jurista: **ubi societas ibi esse jus** — onde mora a sociedade mora o

direito, — cuja recíproca é verdadeira: **ubi jus, ibi esse societas** — onde mora o Direito, mora a sociedade estável, reside a Paz e a Ordem, pilares básicos do progresso e da civilização dos povos.

Acreditam os economistas que ditando fórmulas algébricas, extrapolando números e cifras, possam construir um mundo mais rico e confortável.

Mas só o jurista poderá torná-lo melhor e mais feliz, dar-lhe as fórmulas éticas de convivência pacífica, onde o homem não seja o próprio lobo do homem, como afirmava a sabedoria romana.

Dois sociólogos da atualidade: Walter Lippemann e Dean Morese, nos mostram, numa coletânea de depoimentos colhidos entre sábios e especialistas de tôdas as Ciências, a multiplicidade e a urgência dos problemas a enfrentar pela humanidade, neste século atômico.

Trabalha-se com a velocidade do tempo, produz-se para a avidez de um consumo ilimitado, agita-se o homem com a pressa de viver e progredir rapidamente, ambiciona-se para além da Lua, o caminho de novos astros, aprofunda-se a pesquisa e a apropriação das riquezas submersas pelos oceanos, mas o menos generalizado, o temor do futuro, moram na alma humana.

É que o homem civilizado, que pensa ter saído da era barbárica de seu passado histórico, ainda não está apto a responder, com segurança, para que veio ao mundo, qual é a verdadeira meita da vida e da História por êle construída. NOSCE TE IPSUM — Conhece-te a ti mesmo — é o lema dos filósofos. O homem moderno ainda não se conhece a si próprio. Caminha sem programar o seu destino. Agita-se, sem conquistar o momento de repouso que almeja. Trabalha, sem obter o prêmio do seu repouso. Diverte-se, sem entrever a alegria. Arma-se poderosamente, sem obter segurança, sem afugentar o terror, sem encontrar, enfim, uma paz de espírito.

Este é o mundo que se inicia com Bismark exclamando para os juristas: "A fôrça prima sôbre o Direito".

Absolutamente, não. Graças a Deus há uma juventude sempre presente, que olha para o futuro com destemor e confiança: a juventude universitária, irresistivelmente presa à vocação jurídica, ao culto do Direito, da Ordem, da Justiça e da Paz social.

É a Juventude que sabe que a fôrça e a violência não constroem. Que o ódio é estéril, que o terror não alimenta o progresso, que a

anarquia não assegura o direito à vida, à liberdade e à felicidade, que são os dons eternos e inalienáveis, destinados pelo Criador a tôdas as suas Criatura, desde as mais poderosas, às mais humildes. O nosso grande José de Alencar, doublé de romancista e de jurisconsulto, afirmava: Só o amor à Justiça e ao Direito pode criar um mundo mais tranquilo e melhor, permitindo a convivência do homem com o próprio homem, das nações com outras nações.

É precisamente a recíproca do arrogante postulado de Bismarck: — "O Direito sempre prima sôbre a fôrça".

O Direito deve sempre primar sôbre o arbítrio e a violência. Só a lei oferece o fundamento das estruturas sociais, onde a liberdade e a segurança de todos se entrelaçam e convivem.

Só o Direito harmoniza o binômio indispensável da vida social: autoridade e liberdade.

"Abyssus abyssum invocat" — O abismo só atrái o abismo — é a lição milenar do salmo de Salomão, um juiz que a história exaltou pela sua imparcialidade e saber. A guerra promove a guerra, a violência gera a violência. A anarquia e o mal não constroem senão o mal e a anarquia.

Os que almejam a ordem e o progresso, devem sentir e querer o progresso com ordem, a ordem com lei, a lei com justiça, a justiça com tôda a sua fôrça e autoridade.

Mas não basta estudar e saber o Direito; é preciso senti-lo no tumulto das competições e dos interesses em choque, amá-lo como se ama a representação de um ideal de beleza ou de harmonia e, só então, se poderá servi-lo, porque êle não é uma profissão ou uma técnica, apenas; é uma vocação, também. Pode-se, assim, estudar as legislações e os códigos, sem se conseguir ser um jurista autêntico, um artífice e defensor do Direito.

O Direito, antes de ser a ciência é o sentimento inato do bacharel. Eis por que o mundo atual tem dêle necessidade imperiosa. A violência ainda não está banida do coração humano.

A guerra, apesar dos altos propósitos de associações internacionais, no sentido de evitá-la, ainda é um fantasma que teima em permanecer sôbre a face da Terra.

Coube a Emanuel Kant ensinar: "Conduze-te de maneira que a tua liberdade possa coexistir com a liberdade igual de todos e de cada um."

Eis o verdadeiro e eterno sentimento do Direito, da Justiça, da Equidade, da Paz Social e da Ordem Internacional: "A lei de igual liberdade."

Essa lei kantiana é facilmente perceptível pelo menos letrado dos homens. Mas essa mesma lei só é verdadeiramente pensada, sentida e desejada, pelos que fazem do Direito o seu pendão diário, e formam nas suas vanguardas defensivas.

Por tudo isso, percebemos, à sociedade, a alta relevância da tarefa reservada aos bacharéis em Direito, nas sociedades organizadas.

"O Brasil — afirmava Nereu Ramos, em solenidade do porta da que ora vivemos — precisa de **elites**, e, portanto, de bacharéis.

Em tôda a parte do mundo, por sua formação intelectual, pela natureza e amplitude de seus estudos, pela excelência construtiva da atividade dos que representam verdadeiramente a classe, os cultores do Direito sempre estiveram entre os mais aptos à direção da coisa pública.



Tenho para mim que faltaria a um elementar dever se encerrassem estas desprezíveis palavras, sem deixar consignadas as minhas homenagens do mais profundo respeito — que, bem o sei, também são as vossas — aos três grandes vultos do Direito Penal, de cujas lições memoráveis tanto nos socorremos, e que colhidos foram, impiedosamente, pelas rêdes da implacável Parca, no decurso de nossos estudos.

Refiro-me à figura saudosa e querida dêsse extraordinário Laertes de Macedo Munhoz, príncipe dos tribunos paranaenses, inteligência fulgurante, professor dos mais eminentes, amigo dos mais leais, **conteur** admirável, a fazer de sua companhia sempre disputada, motivo de justo deleite espiritual, cujo desaparecimento inesperado nos deixou a todos perplexos e traumatizados, abrindo impreenchível lacuna entre seus colegas, amigos e discípulos.

Refiro-me, ainda, a Nelson Hungria, para mim o maior penalista pátrio, membro da Comissão Revisora do anteprojeto Alcântara Machado e autor do anteprojeto de Código Penal, de que resultou com algumas modificações, o novo estatuto penal que há de vigorar a partir do próximo ano; os seus famosos "Comentários ao Código Penal", constituem notável obra doutrinária de que não pode pres-

cindir desde o neófito em Direito Penal, ao mais experimentado estudioso dessa difícil Ciência.

Refiro-me, por fim, a Luiz Jiménez de Asúa, um dos maiores penalistas de tôdas as épocas, cujos extraordinários méritos de sua magnífica e inigualável obra foram magistralmente sintetizados por Nelson Hungria, ao dizer que se incêndios destruíssem todos os livros de Direito Penal existentes no mundo, à exceção daquêles escritos por Jiménez de Asúa, estaria salva a literatura jurídico-penal da humanidade.



Dirijo-me, agora, ao vosso brilhante e talentoso intérprete, que tão bem traduziu, com o vigor da sua palavra entusiasta, fluente e amiga, os vossos sentimentos e os vossos anseios, a fim de, comodamente, agradecer-lhe, em meu nome e nos dos meus eminentes colegas homenageados, as referências precisas e justas quanto a êles, excessivamente generosas quanto a mim.



SENHORES PAIS.

Permiti que vos dirija apenas duas palavras.

A primeira, de congratulações respeitôsas, intensas e sinceras, pelo esplendente triunfo de vossos queridos filhos, para o qual correstes de modo tão decisivo, possivelmente com o maior quinhão, consubstanciado em renúncias, sacrifícios, sobressaltos, temores, conselhos carinhosos, estímulos constantes e permanente expectativa.

Mas — bem o sabemos — todos êsses esfôrços vós os esquecistes de imediato, e dêle vos déstes por plenamente recompensados, no preciso momento em que, com os corações a bater acelerada e descontroladamente, **quase a sufocar-vos**, tal a emoção, vistes, **com os olhos rasos d'água**, vossos queridos filhos receberem o laurel tão ambicionado e tão sofridamente perseguido.

A outra palavra que vos dirijo ainda tem cunho congratulatório, desta vez para felicitar-vos pelos magníficos filhos que tendes, cuja gratidão por vós deixaram expressamente consignada em seu próprio convite de formatura, através de expressões carinhosas, contendo, ainda êste belo pensamento, que peço venia para referir.

"Não é a carne e o sangue mas sim

"o coração, o que nos torna pais e filhos."



QUERIDOS AFILHADOS.

Qual outra mensagem poderia dirigir-vos o vosso paraninfo, senão a do mais acentuado e justo otimismo?

Otimismo nos altos e gloriosos destinos da Pátria comum — **que tanto amamos** — para os quais haveis de concorrer decisivamente, armados que estais cavaleiros para as grandes lutas de preservação das nossas instituições democráticas, para a defesa da dignidade da pessoa humana, para a garantia das liberdades públicas.

Otimismo em vós mesmos, em vossas altas qualidades de espírito, aprimorada formação intelectual, na pureza de vossos ideais, na firmeza de vosso caráter — que desconhece a mentira, o ódio, a vingança, a maldade, o orgulho, a subserviência, forjado que foi no culto à verdade, ao amor, ao perdão, ao sentimento de solidariedade humana, à humildade, à sobrançeria, e otimismo, sobretudo, em vossa **mocidade radiosa e entusiasta**, que não conhece temores, nem contorna obstáculos, sempre pronta a combater o bom combate, com lealdade e vigor, em defesa dos fracos e dos desamparados, dos direitos postergados e das liberdades individuais ameaçadas ou já espinhadas, — contra a violência, o arbítrio, a injustiça, o abuso de poder. Por certo há que por a própria alma em todo o trabalho honesto — diz Paulino Neto — mas enquanto nas outras atividades humanas atuam a alma e o instrumento, a alma e a física, e a economia, e a botânica, e a fisiologia, enfim, o elemento psicológico do profissional e um outro elemento estranho, material e externo, no jurista é a alma **sòzinha** que trabalha, porque quanto faça será obra de **consciência**, e nada **mais do que obra de consciência** apenas. O advogado, o juiz, o professor, estão **sós** diante de si mesmos; é nos receosos da própria consciência, exclusivamente, que vão buscar a palavra decisiva da **Justiça** que **pedem**, da Justiça que **fazem** ou do Bem e do Mal que possam ensinar. Esta é a lição de Rafael Bielsa.

Quaisquer que sejam os caminhos do Direito que seguides, guardai bem em vossa memória e segui, como lema, o imortal conceito de CICERO — VIR BONUS DISCENDI PERITUS — aplicável não apenas aos advogados, mas a quantos se puserem a serviço do Direito e da Justiça.

Lembraí-vos, porém, que, antes de tudo, deveis ser **VIR BONUS**; o resto vem depois. Ilustração, perícia, inteligência, brilho, fama e fortuna, nunca vos hão de chegar, se vos faltar a condição primeira: uma alma proba, iluminada pela bondade.

Esta será vossa fôrça e vossa couraça.

Está finda a honroíssima missão que confiastes ao vosso paranífo. Excusai-o, se êle não a conseguiu desempenhar à altura de vossa expecta e do altíssimo relêvo desta marcante cerimônia.

Iniciais, neste instante, a jornada de uma bela carreira — aliás outra não conheço que lhe leve a palma — porém árdua e penosa, que exigirá de vós esforço constante, vigilância ininterrupta, estudo permanente e infatigável apêgo ao trabalho.

Mas não desanimeis.

Estais preparados para **lutar** e para **vencer**, — para gáudio próprio, para enaltecimento de vossa Escola, cujas altas tradições haveis sempre de dignificar, para orgulho de vossos professores que, pesados, assistem à vossa partida, e, **acima de tudo**, para **completa felicidade** daquêles que vos são caros.

E, nesta hora suprema da despedida, permiti que o vosso paranífo, de par com sua benção simbólica, vos estreite a todos em forte amplexo, desejando-vos, do fundo d'alma, tudo aquilo que, dentro de instantes, **com lágrimas nos olhos e alegria no coração**, vos hão de desejar vossos entes queridos.

Que Deus em sua onipotência, vos abençoe, vos proteja, vos guie e vos faça felizes.